



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DES. JOSÉ RICARDO PORTO

DECISÃO MONOCRÁTICA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0055995-30.2014.815.2001

RELATOR :Des. José Ricardo Porto

APELANTE :Lucas Manoel Mota dos Santos

ADVOGADO :Wyktor Lucas Meira

**APELADO :Mapfre Vera Cruz Seguradora Consórcios do Seguro DPVAT
S A**

ADVOGADOS :João Barbosa Filho e Suelio Moreira Torres

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. CARÊNCIA DE AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. IRRESIGNAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DESTE TRIBUNAL. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. BAIXA DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DO ART. 557, §1º-A, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DA SÚPLICA APELATÓRIA.

– Não se pode exigir o prévio requerimento administrativo do pagamento do DPVAT para que a vítima de acidente ou o beneficiário do seguro postule-o judicialmente, sob pena de afronta ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.

VISTOS

Trata-se de Apelação Cível interposta por **Lucas Manoel Mota dos Santos**, objetivando reformar a sentença (fls. 18/19) proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Capital, que extinguiu o processo, sem resolução de mérito, ante o reconhecimento de falta de prova de resistência por parte de qualquer seguradora em pagar ao beneficiário o valor decorrente do seguro obrigatório.

Em suas razões (fls.23/36), o demandante, ora apelante, pugna pela nulidade da decisão. Fundamenta-se na desnecessidade de requerimento administrativo prévio e da possibilidade de confecção de laudo durante a instrução processual.

Sem contrarrazões, haja vista a ausência de citação da parte promovida.

É o relatório.

DECIDO

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face da **Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A**.

Narra o autor ter sido vítima de acidente automobilístico em 19/01/2014, fato que lhe causou sequelas de caráter permanente.

Logo após a autuação do processo, sobreveio sentença extinguindo o feito, sem resolução de mérito, por carência de ação, haja vista o promovente não ter ingressado na via administrativa antes de ajuizar a querela judicial.

Pois bem.

Como é cediço, após o advento da Constituição da República de 1988, que adotou o princípio da inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário, consagrado no art. 5º, inciso XXXV, da Carta Magna, o esgotamento da via administrativa não é mais condição para ajuizamento de demanda.

Assim, o pleno acesso ao Judiciário é um direito fundamental, previsto constitucionalmente, sendo inadmissível impor a alguém obrigação de propositura de processo extrajudicial, ante a ausência de tal exigência em lei.

Esse é o entendimento deste Tribunal:

DPVAT S/A. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. FALTA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA APRECIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. ART. 5º, INCISO XXXV, DA LEX MATER. GARANTIA CONSTITUCIONAL. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS À UNIDADE DE ORIGEM. PROVIMENTO DO APELO. O princípio da inafastabilidade do poder judiciário restou consagrado no inciso XXXV, art. 5º, da Constituição Federal, ao enunciar que “a Lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. O interesse de agir decorre da necessidade de acesso ao judiciário para obtenção do bem da vida pretendido, não pressupondo prévio esgotamento da via administrativa. (TJPB; AC 0001646-63.2013.815.0271; Rel. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho; DJPB 04/06/2014; Pág. 12)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. JUNTADA DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. COLAÇÃO DA PROCURAÇÃO ORIGINAL. MATÉRIA NÃO ATACADA NO PRESENTE RECURSO. PRECLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE DO PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA ORIGINÁRIA ENQUANTO NÃO CUMPRIDA TAL DILIGÊNCIA. Provimento parcial. “[...]. Não se pode exigir o **prévio requerimento administrativo do pagamento do DPVAT para que a vítima de acidente ou o beneficiário do seguro postule-o judicialmente, sob pena de afronta ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. [...].**” - não há como atender o pedido de prosseguimento da demanda originária feito pelo recorrente, vez que existe outra determinação na decisão agravada que impede o seu deferimento. Tal comando judicial se refere à juntada da procuração original àquele caderno processual, tema que sequer é abordado no presente agravo. (TJPB; AI 2004033-20.2014.815.0000; Terceira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. José Aurélio da Cruz; DJPB 07/05/2014; Pág. 16) (grifei)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. INTERESSE PROCESSUAL RE- CONHECIDO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS À COMARCA DE ORIGEM. PROVIMENTO DO APELO. Inexiste a obrigatoriedade legal de aviar pedido **administrativo prévio, para a posteriori ajuizar a demanda judicial, constatação que impõe a rejeição da preliminar de carência de ação por falta de interesse processual.** TJPB. Acórdão do processo nº

09820110006123001. Órgão (3 câmara cível). Relator des. Saulo henriques de Sá e benevides. J. Em 31/07/2012". (TJPB; AC 0000513-17.2013.815.0681; Primeira Câmara Especializada Cível; Relª Juíza Conv. Vanda Elizabeth Marinho Barbosa; DJPB 06/05/2014; Pág. 12) (grifei)

Na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. INTERESSE DE AGIR. PRECEDENTES. 1. Não é obrigatório o prévio requerimento na via administrativa para o ingresso no Poder Judiciário mediante a impetração de mandado de segurança, ante o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido. (STJ; AgRg-REsp 772.692; Proc. 2005/0131944-7; RR; Sexta Turma; Relª Min. Maria Thereza de Assis Moura; Julg. 19/08/2008; DJE 08/09/2008)

Neste contexto, a imposição de esgotamento da via administrativa, como exigido pelo magistrado de 1º grau, viola o princípio da legalidade e do acesso à justiça, não encontrando, pois, amparo legal.

Com essas considerações, encontrando-se a decisão recorrida em confronto com jurisprudência desta Corte e de Tribunal Superior, nos termos do art. 557, §1º-A, da Legislação Adjetiva Civil, **PROVEJO O APELO**, para anular a sentença, determinando a baixa dos autos para o seu regular processamento.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

João Pessoa, 27 de fevereiro de 2015.

Des. José Ricardo Porto
RELATOR

J07/J04